

## TPS em números

- **16** participantes previstos, sendo três grupos e quatro participantes individuais
- **14** participantes efetivos
- **2** participantes faltosos (um investigador individual: Marcelo dos Anjos\* / um membro do Grupo 1: Caio Lúders de Araújo)

### Individuais:

- *Cassio Goldschmidt*
- *Jose Carlos Gama Quirino*

### Grupos:

- Grupo 1 – cinco participantes (Coordenador: Diego de Freitas Aranha)\*\*
- Grupo 3 – quatro participantes (Coordenador: Luis Antônio Brasil Kowada)
- Grupo 4 – três participantes (Coordenador: Ivo de Carvalho Peixinho)

### PLANOS DE TESTE

- **12** planos de teste previstos até o início do TPS

\* Como o investigador individual Marcelo dos Anjos não compareceu, seus dois planos de teste previstos não foram considerados

\*\* Durante a execução do teste o Grupo 1 declinou de executar três dos planos de teste propostos.

- **13** planos de teste efetivos apresentados (excluindo os dois planos cujo investigado não compareceu)
- **10** planos de teste **efetivamente executados** (quatro sem contribuição e seis com contribuição)

## TPS em números

### **EXECUÇÃO**

- O Grupo 1 obteve sucesso na execução de quatro planos de teste
- O Grupo 4 obteve sucesso parcial na execução de um plano de teste (não completou todos os passos previstos)
- O investigador individual Cassio Goldschmidt obteve sucesso parcial na execução de um plano de teste (não completou todos os passos previstos)

### **TPS 2017**

Em 2017 foi realizada a quarta edição do TPS, que trouxe alguns diferenciais, como a assinatura do código-fonte durante a primeira inspeção – garantindo a inalterabilidade até a execução dos testes pelos investigadores – e a entrega do certificado ao final do último dia do teste.

- 36 horas de trabalho (Foram quatro dias, cada um com nove horas ininterruptas de trabalho)

### **EDIÇÕES DO TPS**

A primeira edição do TPS ocorreu em 2009; a segunda, em 2012; e a terceira, em 2016. As contribuições de melhoria apresentadas nos três primeiros testes foram incorporadas ao sistema logo em seguida. Desde 2016, o Teste Público de Segurança é parte obrigatória do ciclo de desenvolvimento dos sistemas eleitorais de votação, apuração, transmissão e recebimento de arquivos.